

A influência do auxílio estudantil na permanência e conclusão de curso dos discentes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - *Campus* Barra do Garças

Ellen Danielly Martins Miranda¹
Carine Rodrigues da Costa²
Natascha Alexandrino de Souza Gomes³

Resumo:

É amplamente conhecido o elevado índice de desigualdade social brasileira e esse problema possui reflexos em vários setores, como na educação. O acesso à educação é um dos direitos básicos previstos constitucionalmente. Esse acesso deve ser ofertado com qualidade, promovendo meios de permanência escolar. Nesse sentido, existem regimentos, leis e políticas públicas que tratam da permanência de estudantes de baixa renda por meio da assistência estudantil, uma modalidade de assistência social, de forma a terem igualdade de condições de acesso e permanência nas instituições. Perante a necessidade da oferta de assistência estudantil e importância da promoção de políticas públicas educacionais, este trabalho foi realizado tendo como finalidade analisar os impactos do auxílio estudantil na permanência e na conclusão dos estudos pelos discentes matriculados nos cursos ofertados no IFMT *Campus* Barra do Garças. A pesquisa foi realizada de forma qualitativa, utilizando como fontes de embasamento a pesquisa documental e aplicação de questionário. O estudo revelou quão importante é o auxílio para a permanência dos estudantes no Instituto e a contribuição em diversos outros fatores, proporcionando uma formação integral. Outro resultado obtido foi a falta de conhecimento dos estudantes em relação aos regimentos, decretos e demais documentos institucionais que regem o auxílio estudantil, denotando a necessidade de reflexão a respeito desta situação.

Palavras-chaves: Assistência Estudantil, Ensino Profissional, IFMT, Inclusão social, Políticas Públicas.

Abstract:

Is widely known the elevated index of the brazilian social inequality, and this problem reflects in a lot of areas, like education. The access to education is one of the basic "rights" constitutionally provided. This access must be offered with quality, promoting ways to prevent school dropout. In this sense there are a lot of regiments, laws and

¹ Discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) – *Campus* Barra do Garças.

² Mestre em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Goiás (UFG), docente do Superior em Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) – *Campus* Barra do Garças.

³ Mestre em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora, docente do Instituto Federal de Rondônia (IFRO) - *Campus* Porto Velho Zona Norte.

public politics that “deal” with permanence of low-income students through student assistance, a modality of social assistance, in order to have equal conditions of access and permanence in the institutions. In view of the need to offer student assistance and the importance of promoting public educational policies, this work was carried out with the purpose of analyzing the impact of student aid on the permanence and conclusion of studies by students enrolled in the courses offered at the IFMT Campus Barra do Garças. The research was carried out in a qualitative way, using documentary research and questionnaire application as sources of support. The study revealed how important it is to help students stay at the Institute and contribute to several other factors, providing comprehensive training. Another result obtained was the students' lack of knowledge regarding the regulations, decrees and other institutional documents that govern student aid, denoting the need for reflection on this situation.

Keywords: Student Assistance, Professional Education, IFMT, Social Inclusion, Public Policies.

1. Introdução

A sancionada Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, foi um marco histórico para o Brasil, assinada pela Princesa Isabel, a lei previa a liberdade de todas as pessoas escravizadas, entretanto, mesmo após a abolição, os ex-escravos ainda viviam em um abismo, a exclusão no mercado de trabalho e na sociedade como um todo, segundo NEVES (1999, p. 1) *apud* Rezende: “Com a abolição não houve processo de integração dos negros à sociedade.” Este fato tornou-se um problema que pode ser visto ainda hoje na sociedade brasileira, os ricos mantiveram sua classe econômica, e os pobres continuaram pobres.

A escravidão deixou uma herança que carrega consequências até os dias atuais, gerando uma parcela de excluídos sociais, e essas consequências dão-se pela diferença socioeconômica dos ex-escravos, que em grande maioria eram pessoas analfabetas e sem o desenvolvimento amplo em diversos aspectos, tanto pessoais quanto profissionais, tais como acesso à escola, cultura e outros meios sociais (GOLDEMBERG, 1993).

Com a finalidade de integrar essas pessoas na sociedade foram criadas escolas profissionalizantes, o primeiro marco foi no ano de 1816, no qual foi criada a Escola de Belas Artes, com o intuito de integrar no ensino a educação profissional para os ofícios a serem realizados nas oficinas mecânicas, posteriormente, em

1854, houve a criação de estabelecimentos especiais para menores abandonados, chamados de Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos, no qual os assistidos aprendiam as primeiras letras e eram encaminhados para oficinas públicas e particulares. Em 1861 houve a criação do Instituto Comercial no Rio de Janeiro, com a finalidade de preparar pessoas para assumir cargos públicos, e por fim, nos anos 1940 houve a construção de dez Casas de Educandos e Artífices, como afirma Moura:

A educação profissional no Brasil tem, portanto, a sua origem dentro de uma perspectiva assistencialista com o objetivo de “amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte”, ou seja, de atender àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, para que não continuassem a praticar ações que estavam na contra-ordem dos bons costumes. (MOURA, 2007, p. 6).

Moura relaciona a escravidão com a necessidade da integração das pessoas na sociedade da seguinte forma:

Essa lógica assistencialista com que surge a educação profissional é perfeitamente coerente com uma sociedade escravocrata originada de forma dependente da coroa portuguesa, que passou pelo domínio holandês e recebeu a influência de povos franceses, italianos, poloneses, africanos e indígenas, resultando em uma ampla diversidade cultural e de condições de vida ao longo da história - uma marca concreta nas condições sociais dos descendentes de cada um destes segmentos (MOURA, 2007, p. 6).

Após a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, surgiram os Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs), oriundos dessas escolas (MEC, 2020).

Goldemberg (1993) reforça a necessidade do ensino profissionalizante visto que, no século XX, a partir da segunda Guerra Mundial e do desenvolvimento tecnológico crescente, foi necessário mais incentivo à mão de obra qualificada, ademais, o esforço na universalização do acesso à educação derivou-se da ideia de que a educação está claramente associada ao desenvolvimento econômico e social.

Portanto, à princípio, os Centros Federais eram destinados para as classes mais desprovidas, e ainda hoje é importante, pois possibilitam que essas pessoas tenham acesso ao mundo científico e tecnológico. Os Institutos Federais surgiram em 29 de dezembro de 2008, com a Lei nº 11.892, que extinguiu os 31 centros federais de educação tecnológica (Cefets), 75 Unidades Descentralizadas de Ensino (Uneds), 39 escolas agrotécnicas, sete escolas técnicas federais e oito escolas vinculadas às universidades. Os institutos ofertam a educação profissional e

tecnológica em vários níveis e modalidades, com o intuito de preparar os cidadãos para o mundo do trabalho de forma geral. Além disso, são exemplos graças não só à atuação em diversos níveis, mas também nos programas de pesquisa, extensão e incentivo à produção cultural, empreendedorismo, cooperação de forma geral e desenvolvimento regional (BRASIL, 2008).

Diante da realidade das minorias apresentada, juntamente com o histórico das escolas técnicas voltadas a este público, uma situação que ainda se faz presente na sociedade, esta pesquisa teve como finalidade geral analisar os impactos do auxílio estudantil na permanência e na conclusão dos estudos pelos discentes matriculados nos cursos ofertados no IFMT – *Campus* Barra do Garças nos anos de 2018 e 2019. De forma pontual, procura identificar as ações de assistência estudantil desenvolvidas, analisar quais ações viabilizam a permanência e o êxito dos alunos, discutir possíveis melhorias no Programa de Assistência Estudantil, apresentar à comunidade (acadêmica e local) a importância das ações de assistência estudantil e incentivar a comunidade escolar à participação efetiva em eventos sobre o Programa de Assistência Estudantil.

O estudo do auxílio estudantil foi escolhido ante a importância da promoção de políticas públicas educacionais. O direito à educação deve ser efetivado não apenas com o acesso ao ensino, mas também pela permanência e êxito a partir da oferta de determinados auxílios, tais como os examinados neste trabalho.

Ademais, observa-se que não há estudos locais que demonstrem a importância e eficácia do auxílio estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT, *Campus* Barra do Garças. Ainda, a participação da comunidade acadêmica, nas questões relacionadas aos auxílios, é um pouco tímida.

O presente trabalho está organizado da seguinte forma: a seção 2 descreve a metodologia utilizada para pesquisa, a seção 3 relaciona a legislação pertinente ao tema do trabalho, a seção 4 descreve os resultados e discussões e, por fim, a seção 5 delinea as conclusões e trabalhos futuros.

2. Metodologia

A natureza deste trabalho é considerada pesquisa básica, de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 51) possui o propósito de “[...] gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática [...]”, e este trabalho visa o estudo do auxílio estudantil ofertado no IFMT *Campus* Barra do Garças e o aprofundamento do conhecimento a respeito da sua influência na permanência dos estudantes que o recebem, mas sem a geração de material complementar ou objetos concretos. Além disso, tem o viés estratégico, porque será possível a utilização do artigo para pesquisas futuras a fim de desenvolver um objeto aplicável na melhoria do auxílio e temas acerca dele, oportunizando a resolução de problemas de tomada de decisões futuras.

De acordo com os objetivos, esta pesquisa é classificada como descritiva, posto que, para Gil (2002, p. 42), o principal intuito deste tipo de pesquisa é a descrição das características de determinada população ou fenômeno, é comum a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, como o questionário. Assim, o estudo visa levantar opiniões de uma população, neste trabalho há sondagem a respeito do tema, aplicando um questionário com questões objetivas acerca da visão dos discentes sobre a efetividade e importância do auxílio estudantil no IFMT.

Com relação ao procedimento técnico de levantamento de dados, foi utilizado o questionário, desenvolvido na ferramenta *Google Drive*⁴, com intuito de levantar as opiniões e experiências dos discentes sobre o auxílio estudantil ofertado pelo IFMT *Campus* Barra do Garças. Foi realizada uma solicitação da lista dos discentes que receberam algum auxílio à Coordenação de Assistência Estudantil; após o recebimento da lista dos discentes contemplados com as bolsas na modalidade Auxílio Alimentação e Auxílio Transporte o questionário foi enviado pelo aplicativo de comunicação via mensagens instantâneas *WhatsApp*, essa ferramenta foi escolhida por se tratar de uma forma de comunicação popularmente conhecida, pela rapidez no processo comunicativo e também pela situação atual de pandemia que se encontra o país. Foi destinado aos estudantes que estiveram na instituição e receberam o auxílio no período de 2018 e 2019. Este recorte temporal foi escolhido

⁴ Disponível em: <https://www.google.com.br/drive/apps.html>. Acesso em: 2 ago. 2020.

primeiramente, devido à data de criação do Regulamento Geral da Política de Assistência Estudantil, aprovada em outubro de 2017 e, segundo, porque a análise pôde ser realizada de forma mais profunda e precisa com a delimitação de um menor período de tempo.

A interpretação das informações coletadas na pesquisa foi realizada de forma qualitativa, que segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 70), não utiliza-se dados estatísticos, onde os dados coletados retratam o maior número possível de elementos da realidade. Especificamente, este trabalho visa descobrir a relevância dos auxílios para os estudantes. Outrossim, foram levantados alguns dados numéricos para a apresentação dos resultados, a fim de obter clareza sobre a importância do auxílio no *campus* com base no número total de pesquisados.

3. Referencial Teórico

É amplamente conhecido o elevado índice de desigualdade social brasileira e esse problema possui reflexos em vários setores, como na educação. Embora existam várias leis e regulamentos que assegurem o acesso à educação, o sistema educacional brasileiro é deficiente e a pobreza de grande parcela da população é outro agravante.

Outro fator a ser considerado é que ainda no ensino básico ou durante a trajetória escolar, muitos estudantes precisam optar pelo trabalho para o sustento da família, de acordo Goldemberg:

As deficiências do sistema escolar brasileiro e a pobreza da população são fenômenos intimamente associados, e precisam ser considerados conjuntamente. Para aquela parte da população brasileira realmente pobre, a educação dos filhos não é a prioridade fundamental, mas os são a alimentação, a moradia e a saúde. Para essas famílias, não basta o ensino ser gratuito é preciso que a frequência à escola não represente um ônus econômico adicional em termos de transporte e material didático. Além disso se não houver provisão para a alimentação das crianças, muitas delas precisarão abandonar a escola para obter o seu próprio sustento. (GOLDEMBERG, 1993, p. 3).

A educação não deve ser vista como um gasto ou problema financeiro, ao contrário, ela é um direito que permite o desenvolvimento integral do ser humano. São incontáveis os ganhos ligados à educação, pois ela possibilita a inclusão das pessoas na sociedade, educando-as não apenas de forma limitada às matérias

básicas, mas também criando cidadãos com pensamento crítico, o que não contribui apenas de forma individual, mas também é retorno para a sociedade de forma coletiva, como o enriquecimento socioeconômico e cultural nacional.

Uma pesquisa realizada pelo IBGE apontou que, de acordo com o Censo até o ano de 2018, os negros encontram-se mais escolarizados (50,3% da população), entretanto, ainda existem grandes desigualdades com relação aos brancos, como por exemplo com relação à distribuição de renda, onde: “[...] os pretos ou pardos representavam 75,2% do grupo formado pelos 10% da população com os menores rendimentos e apenas 27,7% dos 10% da população com os maiores rendimentos” (IBGE, 2019, p. 1).

A educação é um bem de extrema importância para o desenvolvimento integral de todo cidadão. Muitas pessoas no Brasil demoraram a ter acesso aos direitos humanos fundamentais, tais como o direito à educação, previsto no *caput* do art. 6º da Constituição Federal (CF) do Brasil:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988, p. 1).

Dessa forma, é possível compreender que o acesso à educação é um direito fundamental, previsto constitucionalmente. É dever de todos que seja assegurado o acesso à prestação de uma educação de qualidade aos cidadãos, e que também existam condições igualitárias no acesso, conforme artigos 205 e 206 da nossa Constituição:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. (BRASIL, 1988, p. 1).

Também pode-se observar o direito à educação previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, que dispõe:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990, p. 1).

Considerando esses direitos, a Constituição Federal de 1988 previu, dentro da seguridade social, a chamada assistência social, artigos 203 e 204 (BRASIL, 1988). Nesse caso, o Estado prestará auxílio financeiro aos necessitados, segundo critérios legais, e independentemente de contraprestação.

A assistência social também se apresenta no âmbito do direito à educação. Dessa forma, o art. 208 da Constituição Federal, garante como dever do Estado a permanência dos educandos em todas as etapas da educação básica:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (BRASIL, 1988, p. 1).

Corroborando o art. 208 da CF, foi criada a Lei de Assistência Social, nº 8.742/93, que em seu primeiro artigo prevê que a Política de Seguridade é não contributiva, ou seja, não é necessário que os cidadãos contribuam para ter acesso, como é o caso da aposentadoria, por exemplo:

Art. 1º. A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 1993, p. 1).

A assistência social, em resumo, é a forma com que as pessoas em condições de vulnerabilidade econômica e social tenham acesso ao mínimo necessário para sobrevivência e vida digna, como acesso à saúde, segurança, alimentação, moradia, educação entre outras garantias citadas constitucionalmente. Além da necessidade de usufruir da educação, os usuários devem ter igualdade de condições de acesso e permanência nas instituições.

Atualmente, a assistência social atua na garantia aos cidadãos em extrema vulnerabilidade socioeconômica, com o atendimento às necessidades básicas, como dispõe a já referida Lei nº 8.742/93, em seu art. 2º, parágrafo único:

Art. 2º A assistência social tem por objetivos: [...] Parágrafo único. A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. (BRASIL, 1993, p. 1).

Por conseguinte, para que esses direitos sejam efetivos, há a necessidade de criação e implementação de políticas públicas que incluam os direitos dos cidadãos. Para tanto, as políticas públicas necessitam, além das leis citadas, do embasamento

da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, que dentre seus princípios e fins da educação nacional, o art. 3 cita: “I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996, p. 1); e no art. 4, inciso VII, a

[...] oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola. (BRASIL, 1996, p. 1).

Conjuntamente, a Portaria Normativa nº 39 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007), emitida pelo Ministério da Educação (MEC), que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), define que as ações de assistência estudantil englobam atividades nos eixos de ensino, pesquisa e extensão, e o público atendido são os estudantes matriculados em cursos de graduação presencial de instituições federais de ensino superior. O Decreto nº 7.234 de julho de 2010 complementa esta portaria, em seu art. 3, parágrafo 1º, considera ações desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

No âmbito do IFMT, as duas resoluções principais a respeito da assistência estudantil, são a Resolução nº 94, de 18 de outubro de 2017, que aprova a Política de Assistência Estudantil do IFMT (IFMT, 2017a), e a Resolução nº 95, de 18 de outubro de 2017, que aprova o Regulamento Geral da Política de Assistência Estudantil do IFMT (IFMT, 2017b). Estes regimentos são baseados na LDB, na Portaria 39/2007/MEC, no Decreto 7.234/2021 e no PNAES. Dentre as ações de assistência estudantil, o IFMT conta com o auxílio permanência nas modalidades: alimentação, transporte, além do auxílio emergencial para casos de extrema necessidade, onde é feita a avaliação por parte da equipe multidisciplinar de cada *campus*. Os auxílios são ofertados aos estudantes matriculados nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, técnicos subsequentes ao Ensino Médio, nível superior e modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Estes auxílios confirmam a tentativa constante de equidade entre as condições de permanência dos estudantes no IFMT.

Segundo o art. 6º do Regulamento Geral da Política de Assistência Estudantil do IFMT (IFMT, 2017b), os objetivos principais são possibilitar ao estudante a permanência, conclusão, condições plenas de desenvolvimento integral, desenvolvendo habilidades socioprofissionais, pensamento crítico e, também, assegurar ao estudante igualdade de oportunidades no exercício de suas atividades acadêmicas, além de minimizar a retenção e evasão escolar.

Os fatores históricos e a legislação pertinente apontam para a necessidade de uma educação de qualidade como ferramenta de mudança e melhoria, não apenas individual, mas também como melhoria para o país em diversos aspectos (econômico, político, social), vê-se a necessidade de uma educação não apenas gratuita, mas igualitária, onde todos os usuários tenham plenas condições de participar, sem obstáculos de cunho “existenciais”, dessa forma, faz-se necessária a criação de programas que auxiliem e amparem os necessitados em questões desse cunho.

4. Resultados e discussão

4.1 Documentos referência do IFMT em relação à assistência estudantil

Para planejamento e avaliação institucional, o IFMT possui alguns documentos base, neste trabalho são considerados os mais relevantes. Para planejamento, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)⁵, feito a cada quinquênio, e para avaliação, existem dois documentos principais: os relatórios de gestão, feitos anualmente, e o Relatório de Autoavaliação Institucional, realizados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), também anualmente. Nesta seção, serão descritas as metas e ações realizadas encontradas nestes documentos em relação à assistência estudantil. Nesta seção, serão citados os documentos voltados ao recorte temporal deste trabalho (2018 e 2019).

O PDI 2014-2018 trata da assistência estudantil no seguinte item do documento: no Projeto Pedagógico Institucional (PPI/IFMT), “[...] um documento que

⁵ O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) consiste em um documento onde são definidas missão, visão, valores da instituição, políticas e metas, neste caso, com um planejamento realizado pela comunidade interna e externa à instituição, para nortear suas ações durante um período determinado.

tem como objetivo intermediar e orientar o trabalho pedagógico e institucional.” (IFMT, 2014, p. 41). A assistência estudantil está incluída nas concepções de ensino, pesquisa e extensão, tratando-se também de uma questão de direitos humanos. O documento afirma a necessidade de aplicação de políticas de permanência estudantil, devido ao próprio histórico dos institutos federais, como já citado anteriormente, garantindo a “[...] escola como um espaço em que é possível proporcionar o desenvolvimento de potencialidades humanas para a vida e para o trabalho.” (IFMT, 2014, p. 68).

Já as metas focadas em assistência estudantil, constituíram um total de 15 metas, de acordo com o Quadro 1, onde os responsáveis pela aplicação das metas foram a Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) e os campi, durante o quinquênio, incluindo acompanhamento, monitoramento e avaliação dessas ações, por isso foi criada a Comissão Central Permanente de Assistência Estudantil do IFMT (CCPAE) (IFMT, 2020a), uma comissão de assessoria da Pró-Reitoria de Ensino, de caráter consultivo e propositivo sobre a matéria da Política de Assistência Estudantil, com o objetivo de auxiliar a PROEN na implementação, revisão dos regulamentos, planejamento, acompanhamento, avaliação e produção de indicadores referentes à matéria da Assistência Estudantil.

Quadro 1 - Metas da assistência estudantil do PDI 2014-2018

Metas para assistência estudantil de acordo com PDI 2014-2018
<p>META 01: Viabilizar programa de incentivo ao desempenho acadêmico e desenvolvimento de projetos, como as Bolsas de Iniciação Científica e as Bolsas de Monitoria.</p> <p>META 02: Incentivar a permanência do estudante em situação de vulnerabilidade, por meio das bolsas de estágio, isenção das taxas de alimentação, auxílio-moradia, transporte e assistência médica/odontológica nos Campi que assim permitirem.</p> <p>META 3: Instituir programas de monitoria e plantões de atendimento psicológico, social e pedagógico a alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem.</p> <p>META 4: Garantir atenção e atendimento às particularidades de cada aluno com necessidade educacional específica, como: ensino e interpretação de Libras; ensino de Língua Portuguesa para surdos; Sistema Braille; orientação e mobilidade; utilização do soroban; os auxílios técnicos, incluindo informática adaptada; mobilidade e comunicação alternativa/aumentativa; tecnologias assistivas, etc.</p> <p>META 5: Garantir aplicação da Lei nº 10.639/2003, alterada pela Lei nº 11.645/2008.</p> <p>META 6: Promover ações articuladas com atividades relacionadas à cultura, esporte e lazer, respeitando as diversidades regionais.</p> <p>META 7: Garantir melhorias das condições de infraestrutura das moradias e restaurantes nos Campi que os possuem.</p> <p>META 8: Realizar estudos sobre a viabilidade de construção de residências e restaurantes nos Campi que não os possuem.</p> <p>META 9: Aprovar uma Política Institucional de Assistência aos Estudantes que estabeleça</p>

parâmetros no âmbito das concepções sobre as condições de acesso e permanência na educação e regulamento geral para os critérios de execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações de assistência estudantil, respeitando as particularidades dos Campi.

META 10: Articular a criação da Diretoria de Assistência Estudantil na estrutura da PROEN.

META 11: Criar as Coordenações de Assistência Estudantil nos Campi que não as possuem.

META 12: Garantir melhorias nas condições estruturais das Coordenações de Assistência Estudantil nos Campi que já as possuem.

META 13: Garantir a disponibilidade de, no mínimo, uma sala reservada para atendimento individual dos estudantes pela equipe multiprofissional dos Campi, respeitando também as legislações específicas de cada área de conhecimento técnico-científico.

META 14: Trabalhar nas adequações necessárias dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de Graduação para adesão ao Programa Bolsa Permanência do MEC (Portaria 389, de 09/05/2013) no intuito de garantir o acesso e a permanência de estudantes vulneráveis socioeconomicamente, indígenas e quilombolas no ensino superior.

META 15: Criar um fórum de discussão permanente sobre a Política de Assistência Estudantil do IFMT.

Fonte: Adaptado de (IFMT, 2014, p. 88-90)

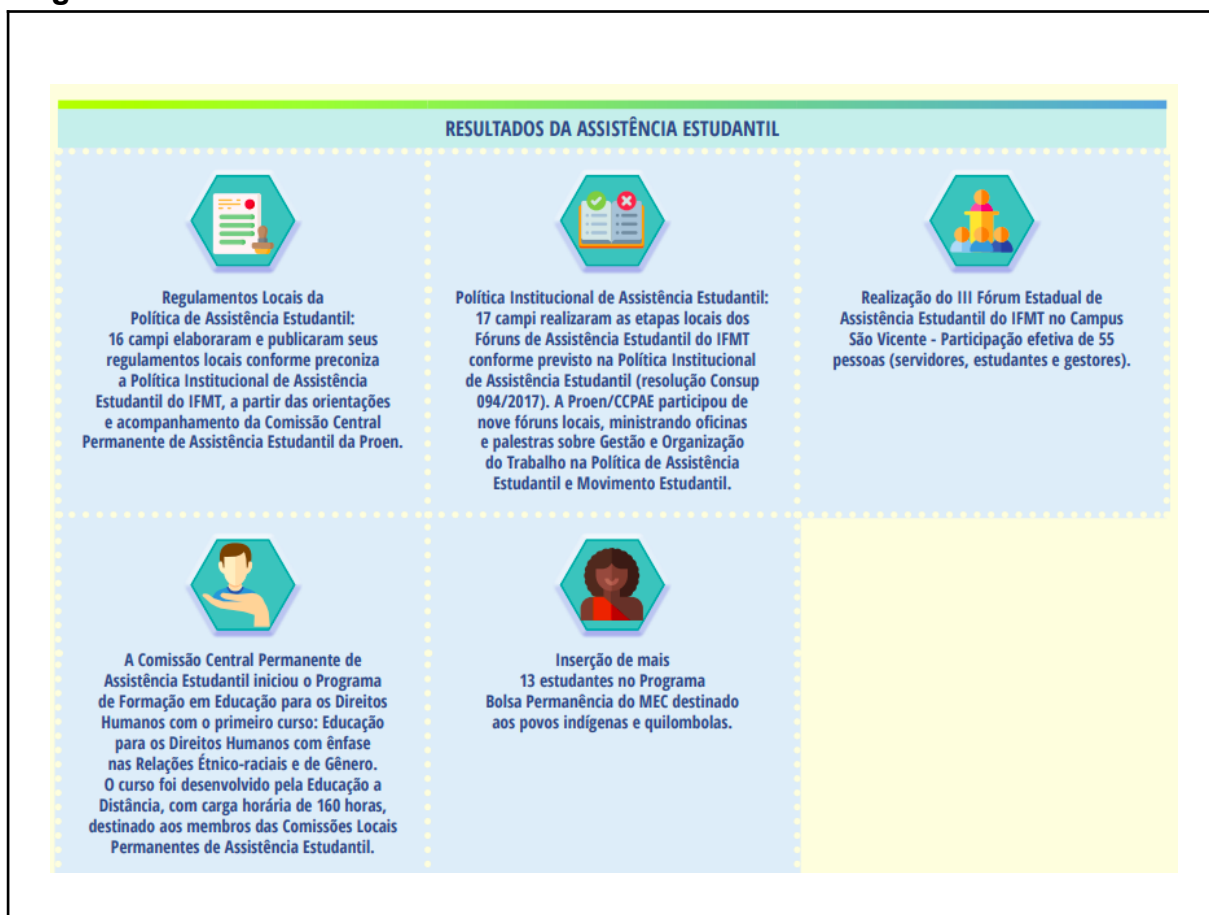
Sobre as ações executadas, o relatório de gestão de 2018 (IFMT, 2019a), elencou as atividades desenvolvidas pela PROEN/CCPAE no ano, dentre elas pode-se falar sobre a ocorrência de fóruns de assistência estudantil em diversos campi, sobre participação da PROEN na elaboração do plano de metas da Política de Assistência Estudantil do próximo PDI, divulgação de pareceres jurídicos, convite a eventos da área de assistência realizados pela PROEN nos eventos técnicos científicos, programa de permanência do MEC específico para indígenas e quilombolas e a participação do pró-reitor de ensino no Grupo de Trabalho instituído no âmbito do Fórum de Dirigentes de Ensino/CONIF. Várias metas do PDI 2014-2018 foram alcançadas, dentre elas destacam-se as metas 9, 10 e 15.

O relatório da CPA de 2018 também fala a respeito da assistência estudantil. Além de reforçar as ações programadas pelo PDI vigente, cita como ações realizadas, o relatório menciona ainda que foram publicados editais de assistência estudantil (IFMT, 2019b, p. 42) e houve a reestruturação da política de assistência estudantil (IFMT, 2019b, p. 55).

O PDI 2019-2023 vigente durante esta pesquisa, já cita a Política de Assistência Estudantil do IFMT regulamentada por meio das Resoluções do Conselho Superior nº 94 e nº 95 de 18 de outubro de 2017 (IFMT, 2019c, p. 75-76). Esses regulamentos foram criados de acordo com a meta 9, definida no PDI 2014-2018, constante no Quadro 1. Ademais, de acordo com o mapa estratégico para 2019-2023, o indicador de desempenho nº 14 abrange a avaliação da

assistência estudantil, pois tem o objetivo de “Consolidar a política de assistência estudantil, permanência e êxito no âmbito da Instituição” (IFMT, 2019c, p. 36), onde o indicador de desempenho equivale ao percentual de alunos dentro dos requisitos legais que recebem a assistência estudantil, a análise deve ser feita anualmente pela PROEN, a fonte de dados consiste no sistema Q-acadêmico ou planilhas de controle.

Figura 1 - Resultados da assistência estudantil ano 2019



Fonte: (IFMT, 2020b, p. 48).

Em relação às ações realizadas em 2019, o Relatório de Gestão deste ano (IFMT, 2020b, p. 48), cita cinco ações principais realizadas, que foram de acordo com figura 1: regulamentos locais, etapas locais dos fóruns, realização de fórum estadual, formação em direitos humanos, inserção de estudantes indígenas e quilombolas.

O relatório da CPA de 2019 (IFMT, 2020c, p. 68) sugere como proposta de reflexão à gestão “Fortalecer as políticas de assistência estudantil e articulação entre o IFMT e o mercado de trabalho através do Estágio Supervisionado.”

4.2 Opinião dos estudantes a respeito da assistência estudantil ofertada

O questionário foi enviado a 200 participantes, a expectativa com relação às respostas era maior, mas, considerando que houveram casos de números desatualizados, e pessoas que não externalizaram interesse em participar da pesquisa, foi possível obter 49 respostas, totalizando 24,5% do valor total. Embora tenha sido um número pequeno, foi possível realizar discussões a respeito do tema, graças à cooperação e dados coletados.

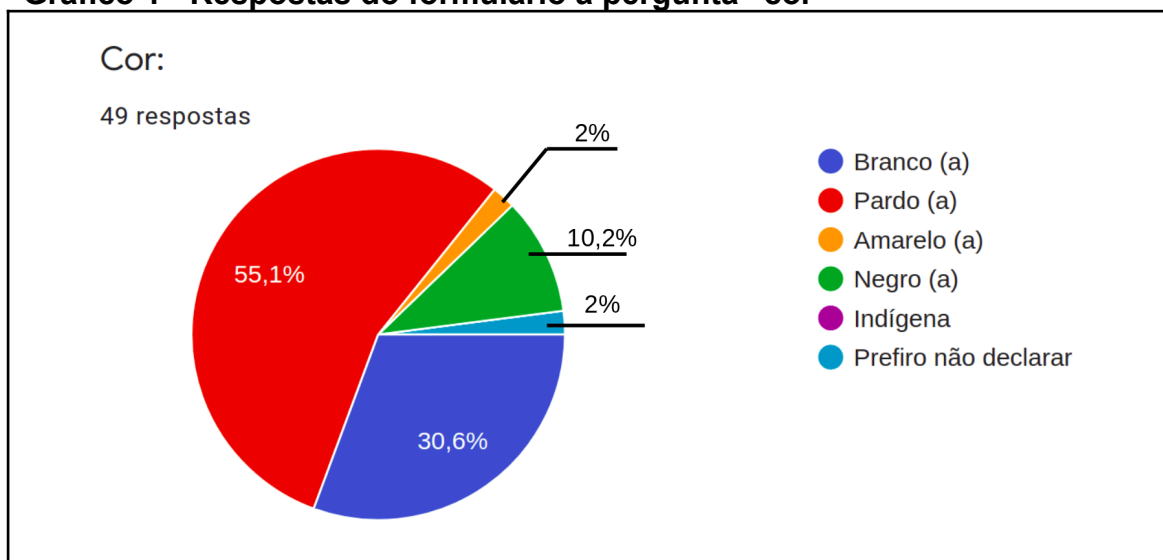
O questionário foi composto de questões fechadas e abertas, e está disponível no Apêndice I. Foi dividido em quatro seções: a primeira com perguntas gerais sobre o perfil dos respondentes, como idade, sexo, cor, entre outros; a segunda seção abordava tópicos específicos sobre o auxílio, como a duração, a importância, as mudanças escolares após o recebimento, etc; a terceira seção tratava a respeito dos regimentos institucionais e nacionais que, de alguma forma, influenciaram na criação dos auxílios ou na manutenção deles, e por fim, a quarta seção trouxe o termo de consentimento para uso das respostas.

Em relação ao perfil dos respondentes, 36 têm entre 16 e 19 anos de idade, equivalente a 73,2% do total; sete têm entre 20 e 29 anos, equivalente a 14,1%, e seis pessoas têm idades de 30 a 57 anos, representando 12%. Com relação ao gênero, 16 pessoas são do sexo masculino (equivale a 32,7%) e 36 do sexo feminino (67,3%). Com relação à cor, 27 pessoas consideram-se pardas (55,1%), 15 brancas (30,6%), 5 negras (10,2%), uma amarela (2%), um preferiu não declarar (2%), os resultados podem ser vistos no gráfico 1.

Sobre a modalidade do curso, 33 pessoas responderam que fazem ou fizeram o Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio, equivalente a 77,6%, e 11 responderam que fazem ou fizeram o curso superior de Tecnologia em Gestão Pública, simbolizando 22,4%. Há maior incidência do auxílio nos cursos técnicos integrados, pela quantidade total de turmas no *campus*, pois existem quatro cursos

de ensino técnico integrado ao Ensino Médio, dois cursos técnicos subsequentes e somente um curso superior.

Gráfico 1 - Respostas do formulário à pergunta “cor”



Fonte: autoria própria

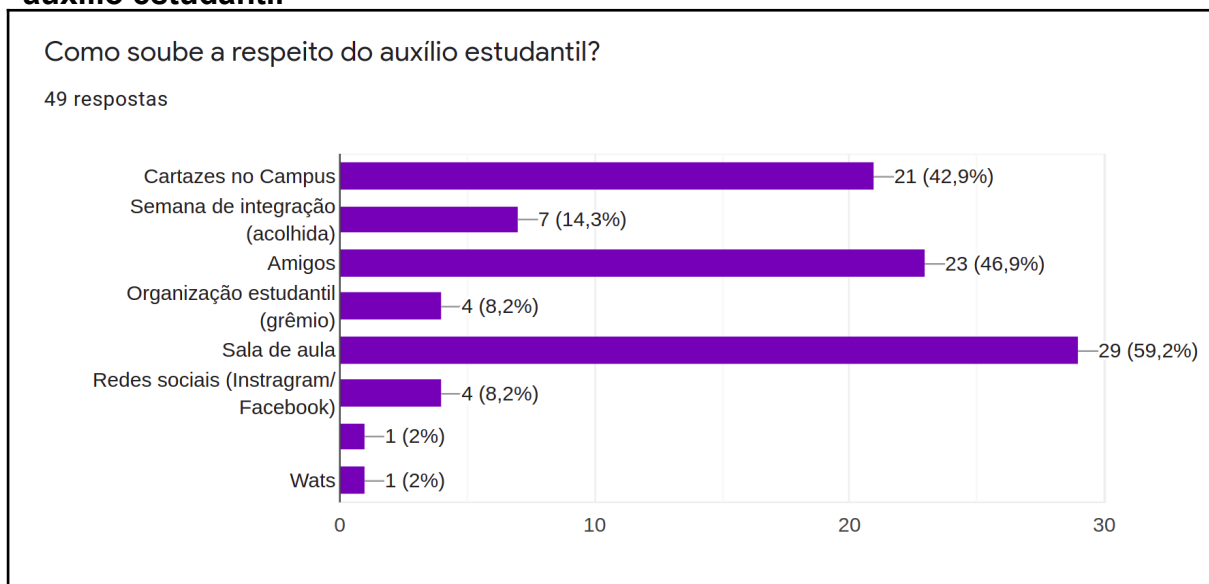
Perguntados se exercem alguma atividade acadêmica remunerada atualmente, 46 responderam que não, representando 93,9%, dois responderam que participam de projetos de pesquisa, computando 4,1%, e um disse que faz estágio, equivalente a 2%.

A seguir são abordados os resultados especificamente acerca do auxílio estudantil. Sobre a questão que cita sobre o conhecimento do processo/edital, ou seja, como souberam a respeito do auxílio estudantil. Em sala de aula foram 29 respostas (59,2%), 23 tiveram conhecimento pelos amigos (46,9%), 21 disseram que foi através de cartazes no *campus* (42,9%), sete por meio da semana de integração (14,3%), quatro através do grêmio estudantil (8,2%), as redes sociais também participaram nesse contexto, total de seis respostas (12,2%). Os resultados podem ser observados no gráfico 2, lembrando que os participantes poderiam selecionar mais de uma opção de resposta para esta pergunta.

Observa-se que o *campus* participa ativamente no contexto de divulgação, visto que, os três principais meios de divulgação dos editais/processos se deram por meio de sala de aula, dos amigos estudantes e dos cartazes no *campus*.

Sobre as modalidades recebidas, alimentação e transporte obtiveram ambas 39 respostas, correspondente a 79,6%, e 15 disseram que também receberam auxílio emergencial, correspondente a 30,6%. Assim como abordado anteriormente, esta questão permitia mais de uma opção de resposta. É possível analisar que as modalidades de auxílio alimentação e transporte obtiveram exatamente o mesmo número de respostas, assim, nota-se um padrão no qual os estudantes beneficiados recebiam os dois auxílios na maioria dos casos.

Gráfico 2 - Respostas do formulário à pergunta sobre como souberam do auxílio estudantil



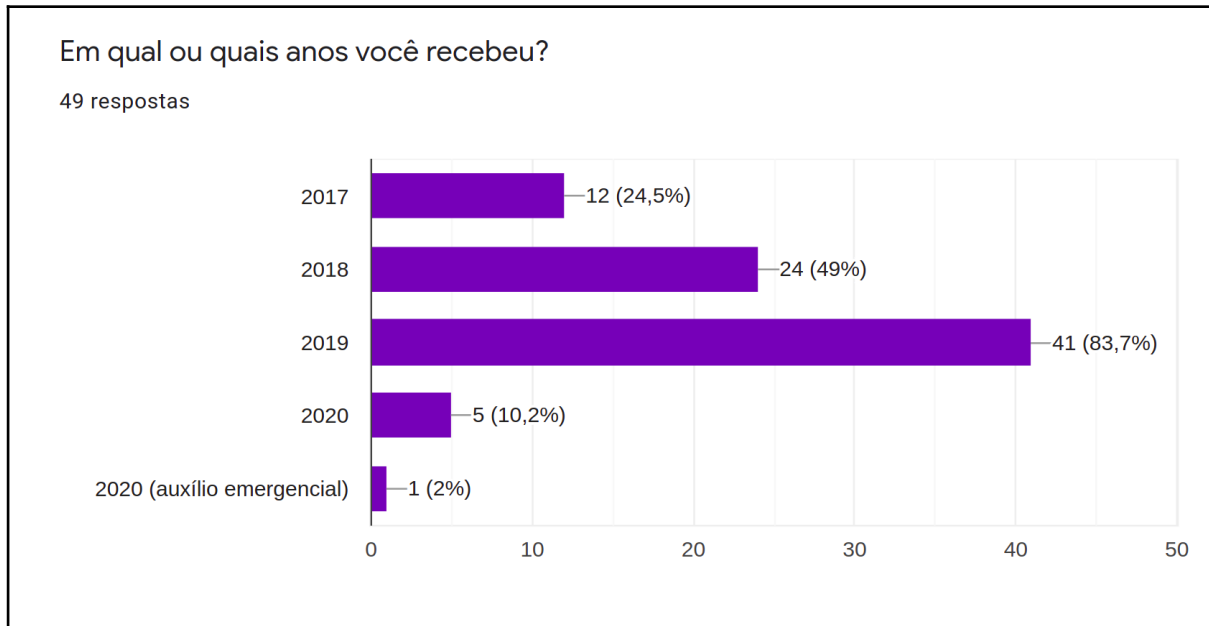
Fonte: autoria própria.

O próximo aspecto abordado trata-se sobre em qual ou quais anos os discentes receberam o auxílio. A maioria dos respondentes receberam em 2019 (83,7%). A pergunta permitia outras respostas, 12 responderam que receberam em 2017 (24,5%), seis disseram que receberam também no ano de 2020. Um ponto importante para salientar é que os anos de estudo desta pesquisa são apenas 2018 e 2019, mas os estudantes que receberam neste período podem ter sido estudantes na instituição em anos anteriores, e finalizaram ou começaram nos anos analisados, de acordo com o gráfico 3.

Perguntou-se também sobre a duração do recebimento do auxílio, a maioria recebeu por até um ano, equivalente a 40,8% do total, 28,6% receberam por mais de um ano, 22,4% receberam menos de 6 meses, 8% receberam por um semestre ou não tem certeza do período de recebimento.

Sobre o atendimento às necessidades dos estudantes, das 49 respostas participantes, 27 disseram que o auxílio atendeu totalmente (55,1%) e 22 responderam que atendeu parcialmente (44,9%). Em relação à importância do auxílio estudantil na manutenção do curso, 24 pessoas (49%) assinalaram a opção: “Sem ele, teria muita dificuldade para me manter e não poderia custear todas as minhas despesas”; a alternativa “Sem ele, não teria sido possível me manter no Instituto”, representa 20,4%, escolhida por 10 pessoas; 16,3% dos participantes (8 pessoas), alegaram que “Sem ele, eu poderia contar com a ajuda da família para estudar”; seis participantes (12,2%), responderam que “Sem ele, eu precisaria trabalhar para me manter no Instituto”; para a opção ‘outros’, um estudante frisou a ajuda no transporte até o *campus*, equivalente a 2%.

Gráfico 3 - Respostas do formulário à pergunta sobre em qual ou quais anos receberam o auxílio

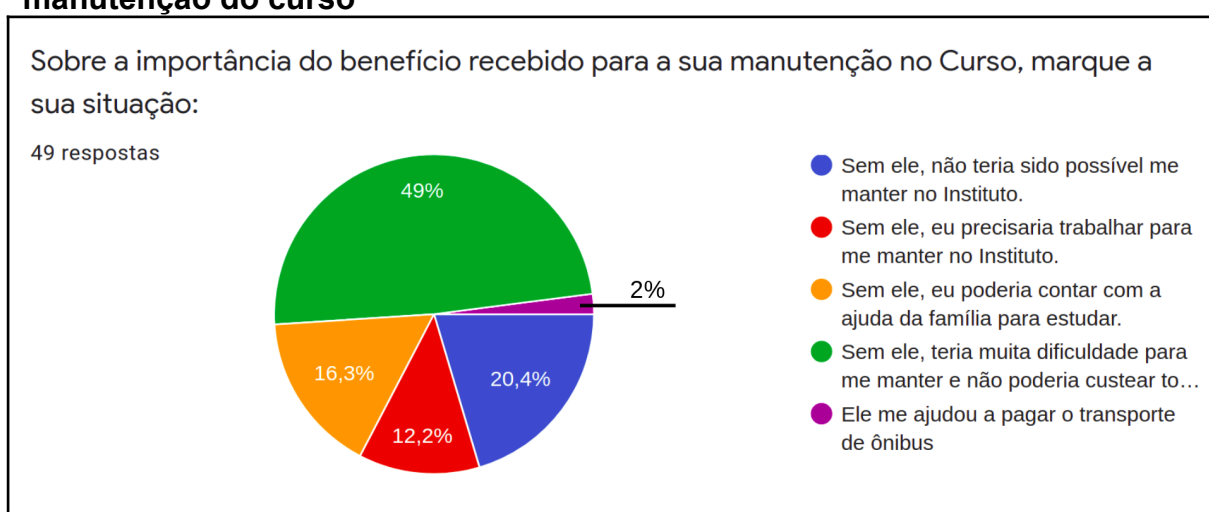


Fonte: autoria própria.

Sobre os critérios utilizados no processo de seleção para os beneficiários, 27 pessoas (55,1%) disseram que conhecem os critérios; 19 (38,8%) disseram que conhecem parcialmente, e 3 (6,1%) disseram que desconhecem os critérios. Esse

aspecto de desconhecimento dos critérios é algo preocupante; como os estudantes participam de uma seleção e conhecem parcialmente ou desconhecem o básico do processo? Essa situação pode ser um apontamento sobre o desinteresse por parte dos estudantes pelas partes técnicas da seleção, ou um erro institucional na transparência do processo. Pode-se apontar ainda o que já é abordado na pesquisa, os estudantes beneficiários da assistência estudantil estão em vulnerabilidade social, conseqüentemente, o acesso à educação básica foi prejudicado, a cultura e o hábito de leitura também, influenciando diretamente neste tópico.

Gráfico 4 - Respostas sobre a pergunta a respeito da importância na manutenção do curso



Fonte: autoria própria.

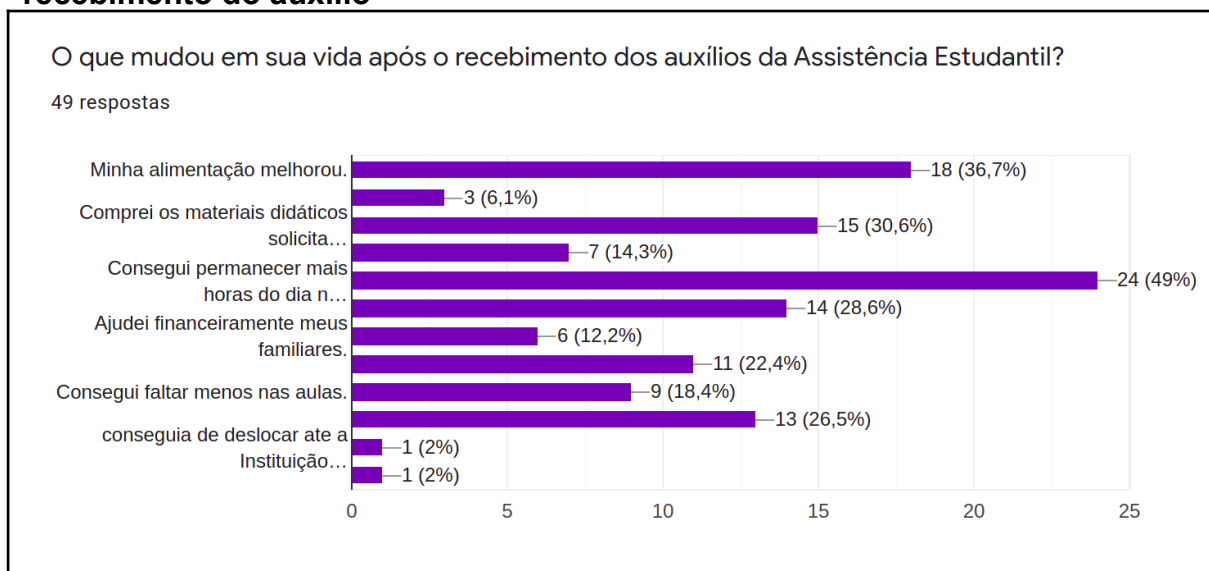
Com relação à justiça nos critérios para concessão das bolsas, 32 pessoas (65,3%) acham que são justos, 12 (24,5%) acham que são parcialmente justos, 3 (6,1%) não souberam informar e 2 pessoas (4,1%) consideraram injustos, justificando da seguinte forma: “Acho que deveria ser observado alguns pontos (*sic*), pois algumas pessoas que não tinha necessidade nem uma (*sic*) de receber o auxílio acabou conseguindo e alguns que realmente precisavam não conseguiram”; e “Muitos chegam a mentir para receber o auxílio”. Com base nestas justificativas, é importante reiterar a importância da profunda análise econômica e do conjunto familiar dos estudantes, com a finalidade de evitar que as pessoas que realmente precisam sejam lesadas em consequência dos que burlam o processo.

Sobre a possibilidade de trancar a matrícula ou sair do curso devido a impedimentos financeiros, 73,5% (36 pessoas) afirmaram que não cogitaram essa

possibilidade, e 26,5% (13 pessoas) afirmaram que cogitaram ou efetivamente fizeram o trancamento ou desligamento do curso. Os estudantes que cogitaram sair do curso enfatizam a necessidade e importância do auxílio na preservação dos estudantes e manutenção de seus cursos.

A respeito das mudanças de vida após o auxílio estudantil, 18 estudantes relataram melhora na alimentação (36,7%); 15 compraram os materiais didáticos solicitados (30,6%); 3 pararam de trabalhar para somente estudar (6,1%); 7 diminuíram a carga de trabalho e dedicaram-se mais aos estudos (14,3%); 24 estudantes permaneceram mais horas no *campus* (49%); 14 participaram de projetos de pesquisa, extensão e outras atividades (28,6); 6 ajudaram financeiramente os familiares (12,2%); 11 escolheram o transporte mais confortável (22,4%); 9 faltaram menos aulas (18,4%); 13 tiveram melhoras no rendimento escolar e notas (26,5%); e para a opção “outros”, um estudante disse que “conseguiu me deslocar até a Instituição com meio de transporte”, e outro afirmou que: “Consegui dar uma ‘folga’ para minha família, pois eles não precisavam mais se preocupar em conseguir o dinheiro para o meu almoço e para os passes do ônibus”, ambos representando 2%.

Gráfico 5 - Respostas do formulário à pergunta sobre as mudanças após o recebimento do auxílio



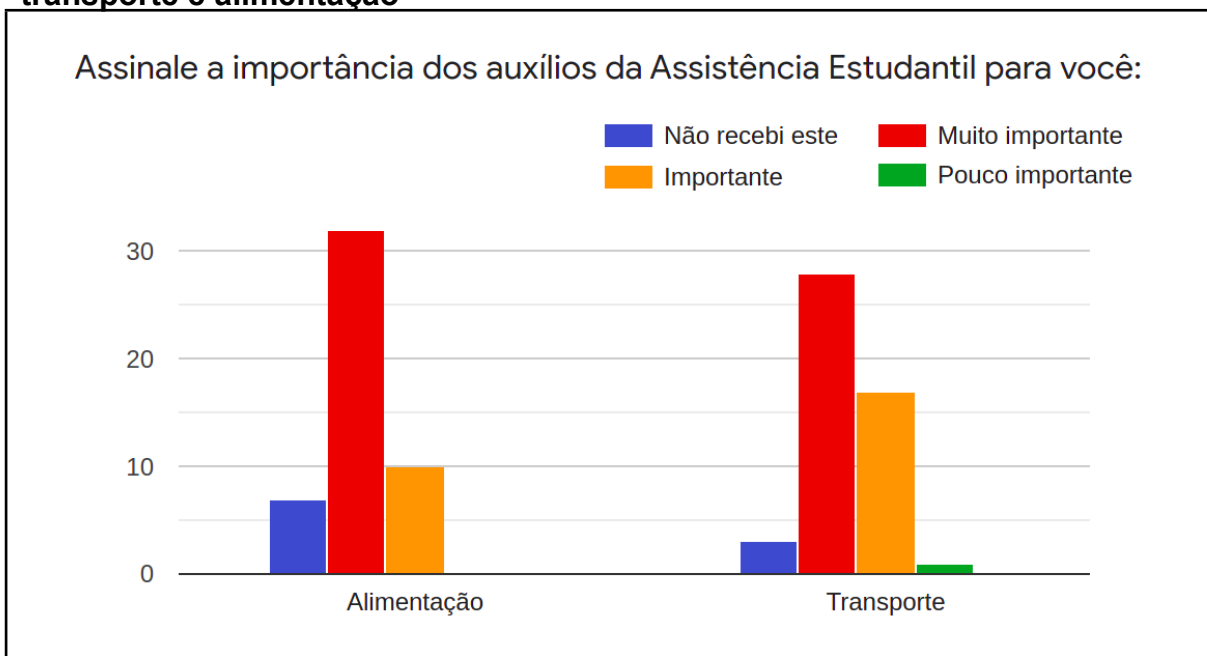
Fonte: autoria própria.

Quanto à importância dos auxílios da Assistência Estudantil para os estudantes, sobre o auxílio para alimentação, 32 estudantes consideraram muito

importante, 10 consideraram importante e 7 disseram que não receberam este. Sobre o auxílio para transporte, 28 consideraram muito importante, 17 disseram ser importante e 3 não receberam, e 1 disse que foi pouco importante, como mostra o Gráfico 6.

Questionados sobre a importância do auxílio na trajetória acadêmica, de modo geral, onde 69,4% (34 pessoas) consideraram muito importante; 26,5% (13 pessoas) alegaram ser importante, e 4,1% (2 pessoas) alegaram ter importância moderada.

Gráfico 6 - Respostas do formulário à pergunta da importância dos auxílios transporte e alimentação



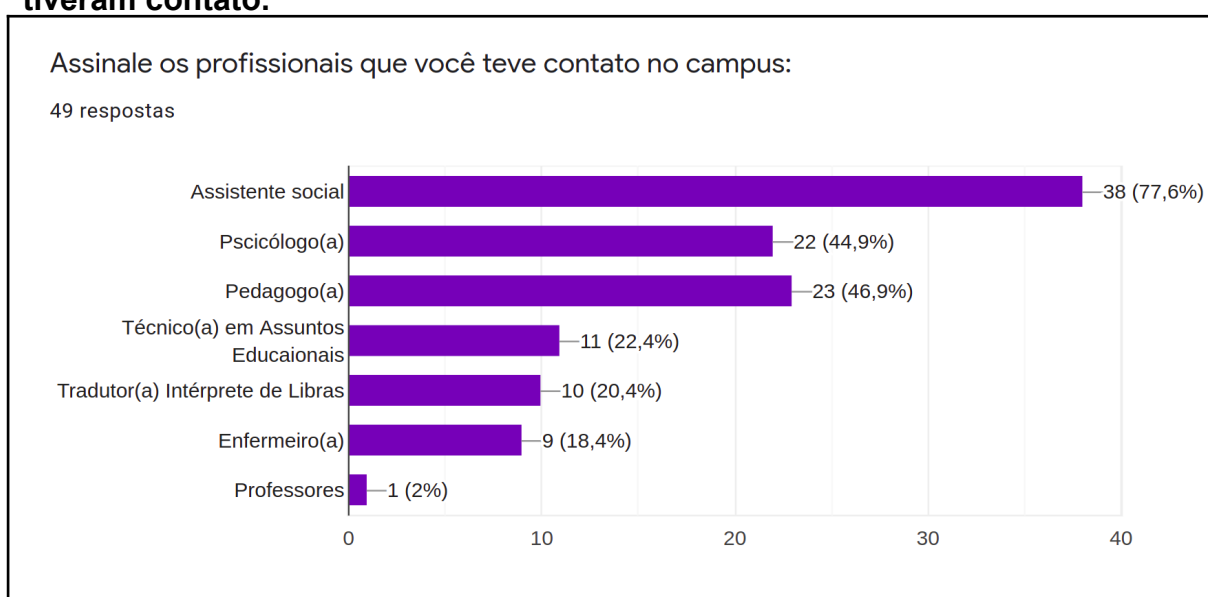
Fonte: autoria própria.

A respeito dos profissionais do *campus* que os participantes tiveram contato, a maioria disse que foi com a assistente social, seguida de psicólogo e pedagogo. O gráfico 7 mostra as respostas obtidas. Vale lembrar que, embora a resposta “professores” tenha tido pouquíssimas escolhas, isso não reflete a escola de forma geral. Acredita-se que os estudantes tenham desconsiderado as aulas e focado apenas no processo de solicitação dos auxílios, visto que, em primeiro lugar aparece a assistência social do *campus*.

A terceira seção do questionário abordou os regimentos institucionais e nacionais. Perguntado se os estudantes já ouviram falar ou conhecem a Comissão

Própria de Avaliação (CPA), para esta pergunta 26 (56,1%) estudantes disseram que não sabem a respeito, 14 (28,6%) disseram que parcialmente e 9 (18,4%) disseram que sim. A pergunta seguinte foi em relação a quantos estudantes participaram das avaliações, respondendo os questionários da CPA, 25 (53,2%) participantes disseram que não recordam, 16 (34%) disseram que não, e 6 (12,8%) informaram que sim.

Gráfico 7 - Respostas sobre os profissionais do *campus* que os participantes tiveram contato.



Fonte: autoria própria.

Com relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), 23 (46,9%) dos participantes não recordam se ouviram falar a respeito; 12 (24,5%) informaram que desconhecem, e 14 (28,6%) disseram que já ouviram falar. Para os estudantes que já ouviram falar foi questionado se leram algo sobre o planejamento de assistência estudantil. Destes, 12 responderam, sendo que um disse que sim, 3 disseram que não, 4 disseram que não recordam, e um citou que falaram sobre intercâmbio.

Com relação ao Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), 49% dos participantes disseram que conhecem parcialmente, 36,7% disseram que não conhecem, e 14,3% informaram que sim.

Por fim, havia a possibilidade de deixarem sugestões ou críticas a respeito do auxílio estudantil, muitos estudantes abordaram sobre a existência de estudantes

que não precisavam mas recebiam, as respostas foram as seguintes: *“Poderia ser um pouco mais rigoroso, com suas avaliações. Pois conhecia várias pessoas que não precisava e ganhava o auxílio”* (Participante 1, 2020); *“Entrevistas nos domicílios dos participantes”* (Participante 2, 2020); *“Deveria ser mais investigado as pessoas que recebem”* (Participante 3, 2020); *“Melhorar na hora de julgar quem está precisando e quem não está.”* (Participante 4, 2020).

Outro ponto muito abordado foi com relação ao atraso do auxílio, como é possível ver através destas respostas: *“As vezes o auxílio atrasa muito e isso acaba atrapalhando”* (Participante 1, 2020); *“Poderiam avisar quando o auxílio for depositado”* (Participante 2, 2020); *“Não ter uma data específica. Às vezes ficamos até dois meses sem receber. Mas depois pagam certinho”* (Participante 3, 2020); *“O atraso nas parcelas”*. (Participante 4, 2020)

O valor e a quantidade de bolsas também foram outros tópicos abordados: *“Mais pessoas poderiam receber o auxílio”* (Participante 1, 2020); *“Valor muito baixo referente às necessidades reais dos estudantes que precisam”* (Participante 2, 2020); *“valor muito baixo, mas para quem não tem nada ajuda bastante”* (Participante 3, 2020).

Alguns também frisaram a importância do auxílio, como é possível ver nestas respostas: *“Os auxílios ajudam muito na nossa formação, sério muito importante a adesão de outros auxílios como por exemplo o auxílio creche”* (Participante 1, 2020); *“Os auxílios atendem todos as minhas necessidades, então creio eu que não há necessidade de críticas”* (Participante 2, 2020); *“Crítica somente para parabenizar, por ser uma Instituição e conter uma ferramenta fundamental, ao apoiar o estudante a não desistir do seu futuro”* (Participante 3, 2020); *“Não tenho críticas (sic), acho de suma importância para os alunos”* (Participante 4, 2020).

5. Conclusões e Trabalhos Futuros

Levando em consideração os resultados expostos até o momento, pode-se concluir que a educação é um dos pontos mais importantes para a inclusão dos cidadãos na sociedade e na geração de uma vida mais igualitária. Com base no levantamento de dados realizados com os alunos, foi possível observar que o auxílio

estudantil é muito importante para a sua permanência no IFMT - *Campus* Barra do Garças, apenas 16% dos estudantes não teriam muitas dificuldades em permanecer no Instituto pois poderiam contar com ajuda dos familiares. Vários citaram também as mudanças positivas do recebimento do auxílio, não apenas melhorias escolares, mas familiares também, tendo exemplos de estudantes que os familiares passavam por dificuldades para mantê-los no instituto (gráfico 5).

Além da ajuda financeira, alguns alunos citaram que conseguiram ficar mais horas no *campus*, o que poderia possibilitar a participação em projetos de pesquisa e extensão e outras atividades extracurriculares importantes na formação e desenvolvimento pessoal e profissional dos discentes. Os projetos de pesquisa, extensão, monitorias e estágio são outras oportunidades que o instituto disponibiliza para os seus estudantes que podem ou não ser remunerados de acordo com os editais e também contribuem para a permanência dos estudantes.

Em relação ao conhecimento dos estudantes sobre regimentos, decretos e demais documentos institucionais que regem o auxílio estudantil, os resultados não foram tão promissores. Com relação à Comissão Própria de Avaliação (CPA), que é uma comissão que promove avaliações institucionais, menos de 13% dos estudantes afirmam que se recordam de ter participado. A CPA é muito importante para que os gestores e a própria comissão avaliem a percepção dos estudantes a respeito de vários tópicos institucionais e saibam quais ações de melhoria podem propor para os próximos anos. Outro documento institucional importante é o Plano de Desenvolvimento Institucional, o PDI. Menos de 30% dos estudantes disseram que ouviram falar sobre o PDI. Tanto o PDI como as avaliações da CPA são importantes para os rumos do Instituto e refletem diretamente na vida dos estudantes, é preocupante que a maioria dos discentes não saibam a respeito. Esse resultado pode ser consequência da falta de interesse por parte dos estudantes de procurar a respeito, mas também pode ser devido à dificuldade de leitura e interpretação dos documentos.

Por fim, os resultados da pesquisa poderão ser utilizados em prol de melhorias na disponibilização do auxílio, bem como propondo possíveis ações corretivas para seu desenvolvimento, além de maior alcance das ações do Programa de Assistência Estudantil do *campus*.

Como trabalhos futuros, almeja-se: aplicar o questionário novamente para o campus Barra do Garças a fim de atingir mais participantes, aplicar também para todos os campi do IFMT; averiguar se o Regulamento Geral da Política de Assistência Estudantil trata sobre avaliação do programa de assistência e, em caso afirmativo, verificar em qual *campus* foi colocado em prática; analisar as possibilidades para uma avaliação mais detalhada da assistência estudantil, do que a avaliação feita pela CPA.

6. Agradecimentos

Aos meus familiares que me ajudaram durante o percurso do curso, em especial à minha mãe, Laura, que sempre me apoiou e incentivou em tudo que faço, graças a ela, que sempre dedicou a vida a me dar a melhor educação possível, sou a pessoa que sou hoje.

À minha co-orientadora, Natascha, que infelizmente não está mais no *campus*, mas acreditou no meu trabalho desde o início.

À minha orientadora, Carine, sempre muito organizada e empenhada em auxiliar os discentes, fez um trabalho excepcional na orientação, muito humana.

À coordenação de extensão que confiou no meu trabalho e me deu uma oportunidade de aprender e aprimorar os conhecimentos aprendidos.

À Renata e todos da área internacional que proporcionaram experiências incríveis durante minha jornada no curso.

De forma geral, ao IFMT, que me proporcionou experiências que não só me desenvolveram como profissional, mas também como pessoa.

7. Referências Bibliográficas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. **Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Presidência da República Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 11 nov. 2019.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente (ECA). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Presidência da República Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 3 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm. Acesso em: 11 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 11 nov. 2019.

BRASIL. **Lei 11.892, 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 5 jul. 2020.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007.** Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Ministério da Educação. Disponível em http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 3 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **A história das instituições federais de educação profissional começa em 1909 com a criação das 19 Escolas de Aprendizagem e Artífices.** 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/historico>. Acesso em: 5 jul. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOLDEMBERG. JOSÉ. **O repensar da educação no Brasil.** Estudos avançados. volume 17. São Paulo. 1993. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141993000200004. Acesso em: 2 de nov. 2019.

IBGE. **Pretos ou pardos estão mais escolarizados, mas desigualdade em relação aos brancos permanece.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece>. Acesso em: 11 nov. 2019.

IFMT. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018.** Cuiabá, 2014. Disponível em:

http://prodin.ifmt.edu.br/media/filer_public/41/cb/41cb92d5-4dbc-411f-a0a3-0bf297888d87/pdi-consup-2014-2018_com_anexo.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

IFMT. **Resolução nº 94 de 18 de outubro de 2017**. Aprova a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Cuiabá, 2017a. Disponível em: http://ifmt.edu.br/media/filer_public/fb/d1/fbd10aab-ade4-4a07-b052-20d61dd4d170/resolucao_94.pdf. Acesso em: 2 nov. 2019.

IFMT. **Resolução nº 95, de 18 de outubro de 2017**. Aprova o Regulamento Geral da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Cuiabá, 2017b. Disponível em: http://ifmt.edu.br/media/filer_public/0b/e4/0be4af54-bc4e-4ae2-b4f2-4cd8f5a6bc81/resolucao_95.pdf. Acesso em: 2 nov. 2019.

IFMT. **Relatório de Gestão do Exercício de 2018**. Cuiabá, 2019a. Disponível em: http://ifmt.edu.br/media/filer_public/cd/b2/cdb2cc16-50df-48cb-981e-61a5604509d5/relatorio_de_gestao_2018.pdf. Acesso em: 1 set. 2020.

IFMT. **Relatório Final da 2ª Autoavaliação Institucional**. 2019b. 215 p. Relatório (Autoavaliação Institucional) - CPA/PRODIN, Cuiabá-MT, 2019. Disponível em: <http://cpa.ifmt.edu.br>. Acesso em: 1 set. 2020.

IFMT. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI: 2019-2023**. Cuiabá, 2019c. Disponível em: <http://ifmt.edu.br/conteudo/pagina/pdi-2019-2023>. Acesso em: 1 set. 2020.

IFMT. **Comissão Central Permanente de Assistência Estudantil do IFMT (CCPAE)**. 2020a. Disponível em: <http://ifmt.edu.br/conteudo/pagina/comissao-central-permanente-de-assistencia-estudantil-do-ifmt-ccpae/>. Acesso em: 1 fev. 2021.

IFMT. **Relatório de Gestão 2019**. Cuiabá, 2020b. Disponível em: <http://ifmt.edu.br/conteudo/pagina/prestacao-de-contas/>. Acesso em: 5 nov. 2020.

IFMT. **Relatório Final da 3ª Autoavaliação Institucional**. 2020c. 168 p. Relatório (Autoavaliação Institucional) - CPA/PRODIN. Cuiabá-MT, 2020. Disponível em: <http://cpa.ifmt.edu.br>. Acesso em: 20 jan. 2021.

MOURA, Dante Henrique. EDUCAÇÃO BÁSICA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: DUALIDADE HISTÓRICA E PERSPECTIVAS DE INTEGRAÇÃO. **HOLOS**, [S.l.], v. 2, p. 4-30, mar. 2008. ISSN 1807-1600. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 17 mar. 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em:

<https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao>. Acesso em: 16 out. 2020.

REZENDE-DRUMOND, Marcus. V. Abolição: **Uma análise jurídica e política do fim da escravidão no Brasil** Conteudo Juridico, Brasilia-DF. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/38414/abolicao-uma-analise-juridica-e-politica-do-fim-da-escravidao-no-brasil>. Acesso em: 15 nov. 2019.

APÊNDICE I

Questionário aplicado aos discentes

Este questionário faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Ellen Danielly Martins Miranda, graduanda do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, IFMT - *Campus* Barra do Garças , cujo título é "A influência do auxílio estudantil na permanência e conclusão dos cursos dos discentes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia- *Campus* Barra do Garças", orientado pelas professoras Carine Rodrigues da Costa e Natascha Alexandrino de Souza, e será utilizado para análise da eficácia do Auxílio Estudantil e sua importância na permanência e conclusão dos cursos por parte dos estudantes.

Atenção: as questões com um asterisco (*) são obrigatórias.

Por isso sua resposta é muito importante!

Agradecemos sua colaboração,

Atenciosamente,

Ellen, Carine e Natascha

Seção 1 - Dados gerais

Idade: * _____

Sexo: *

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não declarar

Cor: *

- Branco (a)
- Pardo (a)
- Amarelo (a)
- Negro (a)
- Indígena
- Prefiro não declarar

Modalidade do seu curso: *

- Técnico Integrado (EMI)
- Técnico Subsequente
- Tecnologia (Superior)

Em que ano estava quando recebeu o auxílio? (para os cursos semestrais, use o respectivo ano) Pode marcar mais de uma opção. *

- 1º
- 2º
- 3º

() Outro: _____

Atualmente, você exerce alguma atividade acadêmica remunerada? *

- () Não
- () Monitoria
- () Projeto de Extensão
- () Projeto de Pesquisa
- () Estágio
- () Outro: _____

Seção 2 - Auxílio Estudantil

Nesta seção serão abordadas perguntas específicas a respeito do Auxílio Estudantil e da influência exercida na permanência e/ou conclusão do curso.

Como soube a respeito do auxílio estudantil? *

- () Cartazes no *Campus*
- () Semana de integração (acolhida)
- () Amigos
- () Organização estudantil (grêmio)
- () Sala de aula
- () Redes sociais (Instagram/Facebook)
- () Outro: _____

Qual ou quais as modalidades de auxílio você recebe ou recebeu? *

- () Alimentação
- () Transporte
- () Auxílio Emergencial

Em qual ou quais anos você recebeu? *

- () 2017
- () 2018
- () 2019
- () Outro: _____

Qual foi a duração do recebimento do auxílio? *

- () Menos de 6 meses
- () Até 1 ano
- () Mais de 1 ano
- () Outro: _____

Qual o valor, aproximado, que você recebe ou recebeu mensalmente? *

O benefício que você recebeu, atendeu às suas necessidades? *

- Não atendeu
- Atendeu parcialmente
- Atendeu totalmente

Sobre a importância do benefício recebido para a sua manutenção no Curso, marque a sua situação: *

- Sem ele, não teria sido possível me manter no Instituto.
- Sem ele, eu precisaria trabalhar para me manter no Instituto.
- Sem ele, eu poderia contar com a ajuda da família para estudar.
- Sem ele, teria muita dificuldade para me manter e não poderia custear todas as minhas despesas.
- Outro: _____

Você conhece os critérios usados no processo de seleção para beneficiários da assistência estudantil do IFMT-BAG? *

- Sim
- Parcialmente
- Não
- Outro: _____

Você considera justos os critérios de seleção dos benefícios da assistência estudantil? *

- Sim
- Parcialmente
- Não
- Não sei informar

Em caso negativo na questão anterior, justifique seu ponto de vista:

Alguma vez você trancou sua matrícula ou cogitou sair do curso por impedimento financeiro? *

- Sim
- Não

O que mudou em sua vida após o recebimento dos auxílios da Assistência Estudantil? *

- Minha alimentação melhorou.
- Parei de trabalhar para somente estudar.
- Comprei os materiais didáticos solicitados pelos professores.
- Consegui trabalhar menos para me dedicar mais aos estudos.
- Consegui permanecer mais horas do dia no *campus*.
- Participei de projetos de pesquisa, extensão e outras atividades do *campus*.
- Ajudei financeiramente meus familiares.

- Escolhi o transporte mais confortável para chegar até o *campus*.
- Consegui faltar menos nas aulas.
- Minhas notas e rendimento acadêmico melhoraram.
- Outro: _____

Assinale a importância dos auxílios da Assistência Estudantil para você: *

	Muito importante	Importante	Nada Importante	Não recebi esse
Alimentação				
Transporte				
Outro				

De maneira geral, como avalia a importância do auxílio em sua trajetória acadêmica? *

- Muito importante
- Importante
- Moderado
- Um pouco importante
- Não é importante

Assinale os profissionais que você teve contato no campus: *

- Assistente social
- Psicólogo(a)
- Pedagogo(a)
- Técnico(a) em Assuntos Educacionais
- Tradutor(a) Intérprete de Libras
- Enfermeiro(a)
- Outro:

Tem alguma modalidade de auxílio que você acredita que o IFMT deveria ofertar?
Caso SIM, escreva qual:

Seção 3 - Sobre os Regimentos Institucionais/Nacionais

Você já ouviu falar da da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFMT? *

- Sim
- Parcialmente
- Não

Caso SIM, você participou respondendo o questionário da CPA, ou em reunião? *

- Sim
- Não
- Não recordo

Você ouviu falar do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFMT? *

- Sim
- Não
- Não recordo

Caso SIM, você lembra de ler algo sobre o planejamento da assistência estudantil?

Você conhece o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)? *

- Sim
- Parcialmente
- Não

Você tem alguma sugestão ou crítica a fazer sobre o Auxílio Estudantil do IFMT *Campus Barra do Garças*?

Seção 4 - Termo de Consentimento

Declaro que estou de acordo com a utilização das informações fornecidas para fins acadêmicos, declaro ainda que sei da importância e seriedade deste formulário, tendo respondido de acordo com minha experiência individual.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o processo da pesquisa.

Fui também esclarecido(a) que minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de questionário. E que o email foi solicitado para que não sejam geradas respostas duplicadas. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo(a) pesquisador(a) e/ou seu(s) orientador(es) / coordenador(es).

Concordo Não concordo